

# CARTA POLÍTICA #168

---

6 de Setembro de 2019

*“O modelo que nós temos hoje não se sustenta. Não teremos condições de continuar rodando com gastos com folha de pagamento nessa magnitude”.*

*(Gleison Rubin, da Secretaria de Desburocratização)*

Com 705 mil servidores ativos no serviço público federal, um rendimento mensal médio de R\$11.842 e a quase impossibilidade de demissão; o Governo Federal gastará nesse ano aproximadamente R\$ 325 bi para bancar salários, benefícios e encargos sociais de sua extensa folha de pagamentos. Assim como as reformas previdenciária e tributária, a reforma administrativa é igualmente fundamental para o equilíbrio das contas públicas. E o governo está fazendo os ajustes finais para apresentar sua proposta ao Congresso.

Os pilares dessa reforma serão o fim da estabilidade para a maioria dos servidores públicos, uma forte redução do número de carreiras, salários de entrada e de carreira mais alinhados com os praticados pelo setor privado, sistemas de avaliação de desempenho mais racionais e rigorosos, e travas para promoções. As novas regras, se aprovadas, valerão em sua maioria apenas para novos ingressantes no serviço público – alguns ajustes, no entanto, se aplicarão aos já ativos.

A estabilidade do servidor será trocada por um modelo de contratação por tempo indeterminado, sem a vedação de demissões pelo Estado. A prerrogativa de estabilidade será concedida apenas a carreiras consideradas sensíveis ou sujeitas a pressões, como auditores fiscais, auditores do trabalho e diplomatas. A progressão por tempo de carreira será extinta, e substituída por um modelo meritocrático com limites – o gestor teria, por exemplo, apenas uma quantidade limitada de pontos a distribuir, e teria que fazer uma avaliação criteriosa entre seus subordinados.

Rodrigo Maia já se manifestou favorável a reforma, e disse que vem articulando junto com Davi Alcolumbre para sua célere aprovação no Congresso.

Em relação as tramitações, a Reforma da Previdência foi aprovada na CCJ, e segue agora para as discussões no plenário do Senado. Na semana que vem, deve ser votado na CCT o novo marco das telecomunicações (PLC 79), podendo já ser aprovado no plenário na mesma semana. O governo também trabalha para manter o veto a gratuidade da primeira bagagem despachada no Senado, o que dispensaria a articulação junto aos deputados.